



## VOTAÇÕES | 3




**Líderes apontam redução da jornada de trabalho e cadastro positivo entre prioridades**

## ORÇAMENTO | 5

**Comissão mista começa hoje discussão do relatório final**

GOVERNO DE MINAS GERAIS



**Câmara aprova reserva de 20% dos gastos federais para compra de habitação por mulheres que são chefes de família**

De acordo com o projeto, de autoria do deputado Pompeo de Mattos, as mulheres responsáveis pelo sustento da família terão direito aos recursos, dependendo da faixa de renda em que se enquadrarem. A matéria será analisada ainda pelo Senado. **Página 5**

# Câmara entrega amanhã Medalha Mérito Legislativo a 25 pessoas

GILBERTO NASCIMENTO

## agenda

9 de dezembro de 2008  
Terça-feira

### Umbanda

As comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Legislação Participativa, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Umbanda, realizam seminário sobre o centenário da umbanda. Plenário 9, a partir das 9h

### Amazônia

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realiza audiência pública sobre populações tradicionais femininas da Amazônia. Plenário a definir, a partir das 10h

### Microbacias

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural debate a experiência sobre a implantação de práticas conservacionistas nas microbacias. Plenário 6, às 14h

### Cimento

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional debate os constantes reajustes do preço do cimento no estado do Amazonas. Plenário 15, às 14h

### Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realiza reunião extraordinária para apresentação, discussão e votação do Orçamento de 2009. Plenário 2, às 14h30

A Câmara dos Deputados realiza amanhã a solenidade de outorga da Medalha Mérito Legislativo. A cerimônia ocorrerá às 14h30, no Salão Negro do Congresso Nacional. Entre os homenageados estão o delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz e a ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, que ficou quase sete anos seqüestrada pelo grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Médicos, educadores, ministros, políticos e empresários estão entre os condecorados e, ainda, o Grupo Cultural AfroReggae e o complexo siderúrgico Usiminas.

A Medalha Mérito Legislativo foi instituída em 1983, com o objetivo de homenagear cidadãos, instituições ou entidades, campanhas, programas ou movimentos de cunho social, civil ou militar, nacionais ou estrangeiros, que contribuíram com o Brasil. Os nomes dos homenageados com a comenda foram indicados por parlamentares, por meio da Segunda Secretaria, órgão responsável pela guarda da Medalha, e deferidos pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. "A condecoração é uma forma de agradecer a essas personalidades pela dedicação ao trabalho de fortalecimento da democracia e pelas ações em defesa da cidadania", destacou o 2º secretário, deputado **Ciro Nogueira (PP-PI)**. A solenidade de entrega das comendas será conduzida por Chinaglia.

**Lista** - Os homenageados serão Maria Helena Catelli de Carvalho, professora titular do Departamento de Farmacologia da USP; Marcos Pereira de Ávila, chefe da disciplina de Oftalmologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás; Márcio Nogueira Barbosa, embaixador, diretor-geral-adjunto da Unesco; João Paulo Lima e Silva, prefeito de Recife; Cân-



Presidente Arlindo Chinaglia conduzirá cerimônia de entrega das medalhas

dido Garcia, reitor da Universidade Paranaense; Augusto Nardes, ministro do TCU; Augusto do Prado Franco (post mortem), ex-governador de Sergipe e ex-senador; Antonio Sérgio Alves Vidigal, presidente regional do PDT, prefeito eleito de Serra (ES) com a mais expressiva votação nas eleições de 2008.

Além deles, também receberão a medalha José Aduino Bezerra, ex-governador do Ceará e ex-deputado federal; Maurício de Oliveira Campos Júnior, secretário de Estado de Defesa Social (MG); Daniel de Farias Dias, atleta paraolímpico, medalhista de ouro, prata e bronze nas Olimpíadas Paraolímpicas deste ano; Everaldo Dias Pereira, pastor, vice-presidente nacional do Partido Social Cristão; Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), maior complexo siderúrgico de aço planos da América Latina e um dos 20 maiores do mundo; Luciano Castro, deputado federal (RR) e líder do PR; Frei Aloísio Frago de Moraes,

vigário e assistente de Comunidades de Base nas favelas do Coque e Bola de Neve (PE); Mário César Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica; Marcio Fortes de Almeida, ministro das Cidades; José Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil; Norberto Odebrecht, empresário e fundador do Grupo Odebrecht; Jovair Arantes, deputado federal (GO) e líder do PTB; Grupo Cultural AfroReggae, que oferece formação cultural e artística a jovens moradores de favelas; Alberto Yasuo Murakami (post mortem), funcionário da Câmara; Protógenes Queiroz, delegado da Polícia Federal; Ivo Abraão Nesralla, médico da Fundação Universitária de Cardiologia, membro do Colegiado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; e Ingrid Betancourt, ex-senadora do Parlamento Colombiano, símbolo da luta democrática na América do Sul.

#### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**

1º Vice-Presidente  
**Nárcio Rodrigues (PSDB-MG)**  
2º Vice-Presidente  
**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**  
1º Secretário  
**Osmar Serraglio (PMDB-PR)**  
2º Secretário  
**Ciro Nogueira (PP-PI)**  
3º Secretário  
**Waldemir Moka (PMDB-MS)**  
4º Secretário  
**José Carlos Machado (DEM-SE)**

Suplentes  
**Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (PSC-RJ)**  
Ouvidor Parlamentar  
**Carlos Sampaio (PSDB - SP)**  
Procurador Parlamentar  
**Alexandre Santos (PMDB - RJ)**  
Diretor-Geral  
**Sérgio Sampaio de Almeida**  
Secretário-Geral da Mesa  
**Mozart Vianna de Paiva**

#### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **Roberto Seabra** (61) 3216-1500 [secom@camara.gov.br](mailto:secom@camara.gov.br)

#### Jornal da Câmara

|                                       |   |  |   |
|---------------------------------------|---|--|---|
| Diretora<br><b>Amneres Pereira</b>    | Editoras<br><b>Maria Clarice Dias</b><br><b>Renata Tórres</b><br><b>Sandra Crespo</b> | Diagramadores<br><b>Guilherme Rangel Barros</b><br><b>José Antonio Filho</b><br><b>Roselene Figueiredo</b> | Ilustrador<br><b>Renato Palet</b><br>Editor de fotografia<br><b>Reinaldo Ferrigno</b> |
| Editora-chefe<br><b>Rosalva Nunes</b> |   |  |   |

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF  
[jornal@camara.gov.br](mailto:jornal@camara.gov.br) | Fone: (61) 3216-1666 | **Disque-Câmara - 0800 619 619**

Impresso na Câmara dos Deputados | DEAPA / CGRAF

# Líderes do PT e do PSDB apontam prioridades para votação até o final do ano

Paula Bittar

A duas semanas do início do recesso parlamentar, parlamentares da base aliada ao governo e da oposição apontam suas prioridades para votação em Plenário. Para o líder do PT, deputado **Maurício Rands (PT)**, é preciso priorizar, neste fim de ano, as demandas dos trabalhadores. Ele quer votar a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. "Se temos postos de trabalho e estamos na crise, devemos reduzi-los para que eles possam ser melhor partilhados", defendeu, ao explicar que a proposta prevê a aplicação do princípio da isonomia, uma vez que no serviço público e no comércio já há trabalhadores que cumprem 40 horas. "Já os trabalhadores manuais, os operários ficam submetidos a uma jornada maior, de 44 horas", disse.

Os principais projetos sobre o tema, que tramitam em conjunto, são os PLs 7663/06, do deputado **Daniel Almeida (PCdoB-BA)**; 160/07, do deputado **Marco Maia (PT-RS)**; e 2381/07, do deputado **Ricardo Berzoini (PT-SP)**.

Maurício Rands também considera prioritária a votação de PEC 438/01, que determina a expropriação de imóveis onde for constatada explo-

ração de trabalhadores em condições análogas à de escravidão; e a análise de duas convenções da Organização Internacional do Trabalho: a 151, que trata da liberdade sindical no serviço público, e a 158, que acaba com a demissão sem justa causa.

Quanto à redução da jornada de trabalho, o líder do PSDB, **José Aníbal (SP)**, afirma que é preciso analisar a possibilidade de, em tempos de crise do sistema financeiro, a proposta contribuir para a redução do emprego no País. "Na boca do PT, isso corre o risco de ser conversa fiada", criticou, ao afirmar que alguns países que reduziram a jornada aumentaram o desemprego. "É preciso ver como isso vai acontecer, para que seja fonte de estímulo do emprego", defendeu.

José Aníbal acredita que, nessas próximas duas semanas, é preciso que os deputados se debruçam sobre propostas como as de segurança pública e a que cria o cadastro positivo dos consumidores com a conta em dia (PL 405/07).

**Votações** - Antes de analisar quaisquer dessas propostas, o Plenário precisa votar a Medida Provisória 441/08, que concede reajustes a servidores da União. A MP já foi aprovada pela Câmara anteriormente, mas foi modificada pelo Senado, e voltou à Casa trancando a pauta.



Os deputados devem analisar nesta semana duas medidas provisórias e a PEC que muda o rito das MPs

Também está na pauta desta semana a MP 447/08, que aumenta entre cinco e dez dias o prazo para recolhimento dos tributos federais, com o objetivo de dar mais liquidez à economia. O último

item da pauta é a PEC 511/06 que muda o rito de tramitação das medidas provisórias. O texto principal da PEC já foi aprovado, mas ainda restam destaques para votação em separado.

## Deputados autorizam santas casas a gerir plano de saúde

Foi aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei 3799/00, do deputado **Darcísio Perondi (PMDB-RS)**, que autoriza santas casas e hospitais filantrópicos a operar planos de saúde diretamente, com a simples abertura de filial ou departamento com inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ). Aprovada em caráter conclusivo, a proposta segue para análise no Senado.

Atualmente, essas entidades e todas as demais que decidirem criar um plano de saúde são obrigadas por lei a constituir uma pessoa jurídica



Darcísio Perondi

exclusiva para prestar esse serviço. O autor do projeto alega que as santas casas e os hospitais filantrópicos, para usufruir de benefícios fiscais, são proibidos de canalizar parte de seu patrimônio para constituir uma nova pessoa jurídica, como determina a lei.

O relator da matéria na comissão, deputado **Colbert Martins (PMDB-BA)**, recomendou a aprovação do projeto. Em sua opinião o objetivo da proposta está bem caracterizado e justificado e foram observados os requisitos legais e constitucionais. A CCJ não analisou o mérito da matéria, já aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família em 2003.

## Hospitais deverão fazer exame de catarata em recém-nascidos

Outra matéria aprovada conclusivamente pela CCJ foi o projeto de lei (6043/02) que assegura ao recém-nascido o direito à realização de exames para identificação da catarata congênita em maternidades e hospitais que realizam partos. A proposta será enviada ao Senado. O relator, deputado **Gonzaga Patriota (PSB-PE)**, suprimiu, por considerá-lo inconstitucional, um artigo que obrigava os estados a criarem bancos de dados sobre catarata congênita, o que deve ser objeto de lei estadual.

Patriota também aprovou as emendas da Comissão de Seguridade Social e Família. Elas suprimem do projeto original a obrigatoriedade de os casos detectados serem encaminhados para cirurgia em até 30 dias - realizando-se notificação para os

órgãos estaduais para a constituição de um banco de dados -, e de o exame ser realizado pela técnica conhecida como reflexo vermelho.

De acordo com o deputado **Pompeo de Mattos (PDT-RS)**, autor do projeto, o diagnóstico precoce desse tipo de catarata é de extrema importância para o bom desenvolvimento da criança, pois, quanto mais cedo o diagnóstico e o procedimento cirúrgico, menor o dano à acuidade visual.

À época da apresentação do projeto, o deputado informou que, se não for extirpada no primeiro mês de vida e evoluir durante sete ou oito anos para então ser feita a cirurgia, a catarata pode determinar uma baixa acentuada da visão, estimada em 20% a 30% da capacidade total.

## Pinga-Fogo

### Avanços em 2008

Francisco Praciano (PT-AM) reconheceu que a produtividade da Câmara ainda pode melhorar para atender aos anseios da sociedade, mas destacou como avanços a aprovação do Fundeb e a regulamentação da Emenda 29 (de recursos para a saúde) em 2008. Além disso, o deputado enfatizou a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento, que contou com o trabalho do Legislativo. Segundo ele, é nessa direção que os deputados devem trabalhar a partir de fevereiro de 2009.

### Sobral

José Linhares (PP-CE) disse que o município de Sobral, no Ceará, é um pólo universitário, cultural, industrial e de saúde. O deputado relatou que 80% das moradias da cidade têm saneamento básico, e as equipes de saúde da família somam 48% e atendem 95% de toda a população do município. José Linhares também observou que todas as crianças em idade escolar freqüentam o ensino fundamental, e a pré-escola atinge metade das crianças. Sobral é ainda a sede de três universidades, uma delas federal, e de um centro federal de ensino tecnológico.

### Funai

Márcio Junqueira (DEM-RR) criticou as declarações do presidente da Funai, Márcio Meira, que chama para si a responsabilidade sobre a elaboração do Plano Nacional de Defesa, do governo federal. Márcio Junqueira reproduziu as palavras do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que atribuiu ao Congresso Nacional a competência para debater, "de forma ampla e transparente", o plano estratégico que vai fortalecer o sistema de defesa da região Amazônica.

# Aprovado sistema de prevenção contra choques entre aviões e aves

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na semana passada, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 4464/04, do deputado Deley (PSC-RJ), que cria a Área de Segurança Aeroportuária (Asa), na qual deverão ser respeitadas normas para evitar acidentes aéreos causados por colisões com pássaros. A CCJ agora vai elaborar a redação final da proposta, que seguirá para o Senado.

A Asa será uma área circular, que poderá abranger um ou mais municípios, definida a partir do centro da pista de pouso e decolagem, na qual o uso e a ocupação do solo vão ficar sujeitos a restrições especiais, para impedir a atração de aves.

A comissão aprovou o parecer do relator, deputado Regis de Oliveira (PSC-SP), favorável ao projeto, ao substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e a uma emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O substitutivo faz apenas adaptações jurídicas ao texto original, para adequá-lo às leis vigentes. A emenda



lista atividades que atraem pássaros a serem proibidas, como as relacionadas a aterros sanitários, entrepostos de pesca e depósitos de lixo.

**Atividades vetadas** - São exemplos de atividades com potencial de atração de aves, e que vão ficar proibidas nas Asas, os matadouros, os curtumes e determinadas culturas agrícolas. Segundo o projeto, deverão ter fim, imediato ou gradual, todas as atividades atrativas de

aves nas proximidades dos aeroportos, observada a legislação ambiental quanto à exigência de recuperação da área degradada.

Quem infringir essa norma ficará sujeito a medidas administrativas como a suspensão de atividade; interdição de área ou estabelecimento; e embargo de obras. Estão previstas as seguintes penalidades: advertência; multa simples; multa diária; e cessação de atividade.

**Números** - De acordo com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Ministério da Defesa, foram reportados, entre 1993 e 2003, 2.636 acidentes aéreos provocados por colisões com aves. Em 2004, houve aumento de 29% no registro desse tipo de acidente, com um total de 441 casos e prejuízos de cerca de R\$ 6 milhões.

O projeto prevê a instituição de uma Política de Controle Aviário (PCA) com metas de caráter genérico, aplicáveis a todos os aeroportos e às suas áreas de segurança, para minimizar o problema.

## PLENÁRIO



Vital do Rêgo Filho

### Vital do Rêgo Filho critica intenção do governo de privatizar grandes aeroportos

Contrário à privatização de aeroportos, o deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) fez ontem, em Plenário, um apelo ao governo federal para que reflita sobre o novo modelo de funcionamento da infra-estrutura aeroportuária brasileira.

A polêmica maior, segundo ele, é quanto à definição do novo papel da Infraero, encarregada da administração dos 67 aeroportos federais, depois que a operação dos principais terminais for repassada à iniciativa privada.

Para o deputado, a privatização de dois importantes aeroportos internacionais (Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, e Viracopos, em Campinas) desequilibrará as contas da Infraero, pois os dois aeroportos estão entre os 12 que garantem lucro à empresa. "Queremos debater amplamente nesta Casa e com a sociedade outra forma de gerenciar os aeroportos", afirmou o deputado. Na avaliação de Rêgo Filho, o governo brasileiro deveria se desfazer dos aeroportos deficitários. "Esses, sim, poderiam ser licitados", defendeu, ao ressaltar que a venda poderia tornar esses aeroportos viáveis, do ponto de vista comercial.

Vital do Rêgo Filho defendeu ainda que a palavra final sobre o assunto seja do presidente Lula, de quem espera coerência quando pensar em gastar verbas do contribuinte em uma obra que já está "predestinada à privatização", como, lembrou ele, já adiantou o ministro da Defesa, Nelson Jobim. "Em mais de uma ocasião, o ministro garantiu à imprensa que o próximo aeroporto de São Paulo já será operado

pelo setor privado", observou.

**Rapinagem** - Para Vital do Rêgo, o dinheiro dos impostos não pode ser "objeto de rapinagem por parte de quem quer que seja". "Com a mudança de gestão, restará ao contribuinte o ônus dos encargos dos aeroportos que dão prejuízos ao governo por se localizarem em cidades de menor movimento aeroportuário", enfatizou.

Ainda em defesa da Infraero, o deputado lembrou que empresa brasileira é a segunda maior do mundo, operando, em média, dois milhões de pousos e decolagens por ano. Vital do Rêgo Filho citou dados da Infraero que demonstram aumento de 8,24% no movimento de passageiros nos 67 aeroportos administrados pela empresa. Em 2007, foram 110,6 milhões de passageiros; em 2006, 102,1 milhões.

O maior crescimento, salientou Rêgo Filho, é percebido no movimento de vôos domésticos, que subiu 8,87% no último ano, passando de 90 milhões em 2006 para 97,9 milhões em 2007. Também houve aumento de 3,59% no número de passageiros provenientes dos vôos internacionais, que passou de 12,1 milhões para 12,6 milhões de passageiros/ano.

# Comissão agenda 11 reuniões para concluir votação do Orçamento 2009

A Comissão Mista de Orçamento agendou 11 reuniões nesta semana para apresentação, discussão e votação do relatório final da proposta orçamentária para 2009. O relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), apresentará substitutivo que trata das 9.513 emendas apresentadas à proposta (PLN 38/08). As reuniões começam a partir de hoje.

Na semana passada, Delcídio Amaral reconheceu que o corte na proposta deverá ficar acima dos R\$ 8 bilhões inicialmente previstos. O valor refere-se à perda de receita da União que foi estimada pelo Executivo em novembro, quando a crise ainda estava desembarcando no País. O agravamento dos efeitos da crise financeira internacional

no Brasil obrigará os parlamentares a reduzirem as despesas públicas para o próximo ano, justificou o relator-geral.

**Setoriais** - Os dez relatórios setoriais do Orçamento foram aprovados na semana passada. Um dos principais deles, da área de Infra-Estrutura, elaborado pelo deputado **Carlito Merss (PT-SC)**, concentra 25,3% dos investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social de 2009, o que representa R\$ 9,6 bilhões. Além disso, também estão nesse relatório R\$ 73,3 bilhões para investimentos em empresas estatais. No total, o orçamento de Infra-Estrutura é cerca de 30% maior do que o orçamento do setor para este ano.

O relator da área de Saúde, deputado **Aníbal Gomes (PMDB-CE)**, também ressaltou que o valor destinado para o setor em 2009 é 12,5% maior do que o orçamento deste ano. O parlamentar destacou ainda o crescimento de quase 30% com gastos de média e alta complexidade hospitalar entre 2006 e 2009.

**Santa Catarina** - O senador César Borges (PR-BA), relator da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, disse que, por causa da tragédia causada pelas enchentes em Santa Catarina, ele não cancelou dotações orçamentárias para o estado e atendeu integralmente os pedidos da bancada. O orçamento original do setor é de R\$ 20,2 bilhões.

Na área de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, o deputado **Dilceu Sperafico (PP-PR)** disse que respeitou, na íntegra, o orçamento enviado pelo



Os dez relatórios setoriais do Orçamento foram aprovados na semana passada pelos deputados que integram a comissão mista

Ministério da Fazenda.

No caso do parecer da área de Justiça e Defesa, o aspecto mais relevante foi a consignação de recursos para o projeto de implantação de infra-estrutura nos municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte, originalmente não contemplada com dinheiro na proposta enviada pelo Executivo. Isso inclui obras de saúde, saneamento e educação nas cidades de fronteira da região Norte, com o objetivo de fixar o homem na terra e ocupar uma área estratégica para o País.

Foram apresentadas 132 emendas individuais para o programa, que fizeram o

projeto de implantação de infra-estrutura receber R\$ 154,8 milhões. "É muito importante ampliar a nossa presença na região Norte", disse o relator, deputado **Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)**, que também elevou as dotações para reaparelhamento das Forças Armadas.

Já no parecer de Trabalho, Previdência e Assistência Social, o ponto mais relevante foi a ampliação dos recursos para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), voltado para a reintegração escolar de adolescentes que abandonaram os estudos.

## Superávit primário

A comissão também pode votar nesta semana, entre outros itens, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2008. O relator, deputado **Beto Albuquerque (PSB-RS)**, verificou o cumprimento da meta estabelecida para o período, com excesso de R\$ 26,2 bilhões. O superávit no período foi de R\$ 75,7 bilhões para o governo central (composto por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e de R\$ 7 bilhões para as empresas estatais federais não-financeiras.



## Pinga-Fogo

### Recursos

**Gilmar Machado (PT-MG)** afirmou que o Orçamento da União de 2009 vai viabilizar a ampliação de recursos para áreas de grande interesse da sociedade como a saúde, educação e os investimentos no PAC; e assegurar o combate a crise financeira e a qualidade de vida dos brasileiros. Machado assinalou que serão votados ainda em dezembro projetos de crédito especial para assegurar a conclusão de obras que foram iniciadas e precisam ser concluídas com rapidez, como as das BRs 050 e 365 que abrangem Uberlândia, em Minas Gerais.

### Municípios

**Manoel Júnior (PSB-PB)** elogiou a aprovação na Câmara da proposta que garante a manutenção de 57 municípios que estavam passíveis de extinção. Ele pediu que o Senado ratifique a decisão para evitar que as unidades voltem à condição de distritos. O deputado acrescentou que a Câmara, em seguida, precisa assegurar condições para a emancipação de outros distritos que atendam as exigências previstas na lei. Manoel Júnior ainda pediu ao TSE para que julgue ainda neste ano os embargos ao processo de cassação do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, que, segundo ele, ocupa de forma ilegítima o cargo.

### Queda de juros

Na avaliação de **Arnaldo Jardim (PPS-SP)**, a decisão do Banco Central sobre a taxa de juros vai indicar a intenção do governo federal quanto ao combate à crise econômica mundial. O deputado lembrou que matérias aprovadas pela Câmara têm também esse objetivo. Arnaldo Jardim frisou que até mesmo a oposição tem apoiado as medidas adotadas pelo governo. Mas o deputado assinalou que, em sua opinião, apenas a queda de juros vai estimular a retomada da atividade econômica.

## Pinga-Fogo

### Porto de Ilhéus Veloso (PMDB-BA)

citou reformas que já estão sendo feitas no Porto de Ilhéus (BA) e sugeriu outros trabalhos para aumentar a capacidade das instalações. Segundo o deputado, o calado do canal de acesso ao porto, cuja profundidade atual é de 10 metros, deve ser aumentado para 12 metros. O parlamentar reivindicou a ampliação do cais onde os navios atracam, para que a capacidade atual seja dobrada, permitindo que quatro barcos fundeiem ao mesmo tempo. Veloso lamentou ainda que o Porto de Ilhéus não possua um atracadouro para receber passageiros, o que, segundo ele, limita o turismo marítimo na cidade.

### Varig

Está no Supremo Tribunal Federal ação impetrada por participantes de dois planos do fundo de pensão Aeras, vinculado à Varig. **Vicentinho Alves (PR-TO)** explicou que o processo pede a recomposição dos benefícios, defasados porque a empresa não depositou os valores corretos. O rombo total dos dois planos ultrapassa os R\$ 2 bilhões. O deputado reproduziu trechos de documento do Sindicato Nacional dos Aeronautas que alerta para os problemas financeiros vivenciados por aposentados e pensionistas.

### Plano diretor

Tramita na Câmara Legislativa do Distrito Federal o novo Plano Diretor do Ordenamento Territorial (PDOT) de Brasília. **Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)** denunciou aspectos do projeto que, segundo ele, trarão prejuízos à qualidade de vida em Brasília. Segundo o deputado, o PDOT em discussão reduz as áreas rurais do DF e extingue áreas de proteção dos mananciais. Para Rollemberg, o plano atende a interesses imobiliários, e não levou em conta contribuições da população e de especialistas. "Caso seja aprovado, o PDOT vai causar problemas para o abastecimento de água da capital", disse.



Nilson Mourão

## Fórum Social debaterá Amazônia e meio ambiente, destaca Nilson Mourão

A 9ª edição do Fórum Social Mundial, que será realizado de 27 de janeiro a 1º de fevereiro do próximo ano, em Belém (PA), terá como tema central a Amazônia e a questão ambiental, segundo

divulgou ontem, em Plenário, o deputado **Nilson Mourão (PT-AC)**. A programação compreende uma marcha de abertura com a presença de pessoas de todos os continentes e, no dia seguinte, discussão sobre a biodiversidade da Amazônia.

"Vamos discutir 500 anos de resistência, conquistas e perspectivas afro-indígena e popular. O dia 28 será dedicado a levar ao mundo as vozes da Amazônia e se constituirá de diversas atividades como testemunhos, conferências, além de celebrações e mostras culturais", disse. De 29 a 31 de janeiro serão realizadas as conferências e, no encerramento, apresentados os acordos e as alianças construídas no decorrer do fórum.

Mourão explicou que o evento surgiu em contraponto ao Fórum Econômico Mundial. "Questionamos muito o desenvolvimento econômico, que não redistribui [renda] e não reduz a pobreza e as desigualdades. Desenvolvimento econômico não é sinal de distribuição de renda", afirmou.

Para o deputado do PT, o Fórum Social Mundial é um espaço que estimula o debate e a formulação de propostas para a

construção de um mundo mais solidário, democrático e justo.

Mourão ressaltou que a primeira edição do fórum resultou na criação do Conselho Internacional, que aprovou uma carta de princípios para garantir a manutenção do evento como espaço para a busca e a construção de alternativas ao neoliberalismo. Ele disse ainda que, atualmente, são realizados fóruns sociais locais, regionais, nacionais e temáticos em todo o mundo, com base na carta de princípios.

**Fórum parlamentar** - Mourão informou ter subscrito carta que convoca parlamentares de todos os países para prestigiar o 6º Fórum Parlamentar Mundial, que também ocorrerá em Belém, de 28 a 30 de janeiro do próximo ano, no âmbito do Fórum Social Mundial. "Queremos dar continuidade à dinâmica anterior de coalizão e de solidariedade

internacional, aprofundar o diálogo com as organizações sociais sobre os temas integradores e comuns e fazer um balanço das ações de anos anteriores, preparando para uma agenda futura de iniciativas concretas para a Rede Parlamentar Internacional", disse.

**Questionamos muito o desenvolvimento econômico, que não redistribui renda e não reduz a pobreza e as desigualdades**



Rodvalho

## Rodvalho defende a família e o pequeno empresário

O deputado **Rodvalho (DEM-DF)** prestou contas de suas atividades parlamentares nos últimos dois anos, destacando ter apresentado diversos projetos de lei para ajudar os pequenos empresários, os pequenos produtores e as populações mais carentes. Entre esses projetos, citou o que altera o regime previdenciário e

tributário do trabalhador autônomo e do microempreendedor, instituindo um sistema integrado de pagamento de tributos e contribuições (PL 658/07).

"Isso significa que o trabalhador que quer se formalizar e sair do lado de lá do muro do *apartheid* social poderá ser integrado em nosso sistema formal de produção, com uma pequena e simbólica contribuição. Assim, o Estado os conhecerá, terá como fazer treinamento, capacitação, qualificação, oferecer micro crédito", explicou o deputado.

**Frente parlamentar** - Rodovalho mencionou também sua participação na Frente Parlamentar da Família, ao lado dos deputados **José Linhares (PP-CE)**, **Henrique Afonso (PT-AC)** e **Miguel Martini (PHS-MG)**, entre outros. "Estamos comprometidos com os valores da família e com os princípios cristãos", enfatizou.

A Frente da Família tem como foco manter a proibição do aborto. Rodovalho garantiu que quase 89% dos brasileiros apóiam essa tese. Além dessa luta, a frente opõe-se ao Programa de Redução de Danos do Ministério da Saúde, que prevê a distribuição de seringas para os drogados. "Essa não é uma função primordial do Estado", argumenta o deputado, acrescentando que o programa não passou por um processo adequado de discussão. Em alguns países da Europa, essa política de distribuição de seringas foi adotada, mas hoje, disse Rodovalho, está sendo muito

questionada.

Outros projetos citados pelo deputado são o que institui a Semana Nacional da Família, a ser comemorada na semana que antecede o Dia das Mães (PL 1080/07); o que considera manifestação cultural cristã a música e os eventos Gospel (PL 2217/07); o que amplia o conceito de ação discriminatória, a fim de combater o preconceito contra qualquer minoria "ou até mesmo contra a maioria da nossa população" (PL 2665/07); e os que beneficiam a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do DF, entre os quais um que permite ao presidente da República transferir para a reserva os bombeiros e policiais militares com um mínimo de 25 anos de serviço, e outro que altera o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil para permitir o estágio do estudante policial (PL 4275/08). "Não posso entender essa flagrante discriminação da OAB, que cerceia o direito ao estágio do policial e do bombeiro", sustentou Rodovalho.

O deputado lembrou que se preocupou também com a situação do servidor público, e sugeriu ao Poder Executivo que encaminhe um projeto de lei para ampliar o uso dos ônibus destinados aos servidores da administração pública direta e indireta. Além de melhorar o convívio do servidor com seus familiares, disse, essa proposta atenuaria os problemas de trânsito em torno do Congresso Nacional, "onde há milhares de carros e falta espaço de estacionamento".

# Comissão aprova Universidade Latino-Americana

A Comissão de Educação e Cultura aprovou, na semana passada, o Projeto de Lei 2878/08, do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), na cidade de Foz do Iguaçu (PR).

O projeto - já aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e Cidadania. Há requerimento do líder do PT, deputado **Maurício Rands (PE)**, ainda não votado pelo Plenário, solicitando urgência para a tramitação.



Angelo Vanhoni

A universidade deverá promover o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com os países da América Latina, especialmente os integrantes do Mercosul.

De acordo com o relator, deputado **Angelo Vanhoni (PT-PR)**, a Unila será bilíngüe (português/espanhol) e terá seu campus instalado em uma região fronteiriça (Argentina, Paraguai e Brasil), marcada pela diversidade cultural, nas proximidades da Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu.

“Os envolvidos nos processos de formação da Unila terão a oportunidade de vivenciar o aprendizado

das duas línguas, interagindo com base no reconhecimento das características próprias e no respeito mútuo”, explicou.

**Números** - A meta é ter 10 mil alunos em cursos de graduação, mestrado e doutorado e cerca de 500 docentes. O orçamento anual está estimado em R\$ 136 milhões e há possibilidade de cooperação financeira de outros países latino-americanos.

Para Vanhoni, a nova universidade vai ajudar no cumprimento do Plano Nacional de Educação que prevê a matrícula de pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos na educação superior até 2010.

## Posse irregular de peças de armas pode se tornar crime

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na semana passada proposta que torna crime a posse ou o porte ilegal de equipamentos de uso exclusivo para defesa policial e militar, a produzirem munição sem qualquer tipo de controle estatal e a realizarem o transporte de explosivos desmontados ou por etapas”, argumenta **Neucimar Fraga (PR-ES)**, autor do projeto de lei aprovado pela comissão (PL 146/07).

**Penas de prisão** - O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado **Mauro Lopes (PMDB-MG)**, que prevê reclusão de dois a quatro anos, além de multa, para o porte e a posse ilegal de peças e componentes de armas e explosivos. Para a posse de equipamentos de uso proibido ou restrito, a pena é reclusão de três a seis anos e multa.

Para as atividades relacionadas à comercialização ou fabricação de equipamentos sem autorização legal, a pena será de quatro a oito anos e multa. A entrada e saída do País desse tipo de material sem autorização terá a mesma pena.

“O fato de não ser tipificada a posse ou o porte de tal tipo de material encoraja os delinquentes a usarem equipamentos de uso



exclusivo para defesa policial e militar, a produzirem munição sem qualquer tipo de controle estatal e a realizarem o transporte de explosivos desmontados ou por etapas”, argumenta **Neucimar Fraga (PR-ES)**, autor do projeto de lei aprovado pela comissão (PL 146/07).

exclusivo para defesa policial e militar, a produzirem munição sem qualquer tipo de controle estatal e a realizarem o transporte de explosivos desmontados ou por etapas”, argumenta **Neucimar Fraga (PR-ES)**, autor do projeto de lei aprovado pela comissão (PL 146/07).

**Penas de prisão** - O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado **Mauro Lopes (PMDB-MG)**, que prevê reclusão de dois a quatro anos, além de multa, para o porte e a posse ilegal de peças e componentes de armas e explosivos. Para a posse de equipamentos de uso proibido ou restrito, a pena é reclusão de três a seis anos e multa.

Para as atividades relacionadas à comercialização ou fabricação de equipamentos sem autorização legal, a pena será de quatro a oito anos e multa. A entrada e saída do País desse tipo de material sem autorização terá a mesma pena.

## SESSÃO SOLENE

# Deputados homenageiam Federação para a Paz Universal



A Federação para a Paz Universal reúne pessoas de diferentes religiões em vários países

A Câmara homenageou na semana passada a Federação para a Paz Universal, em sessão solene proposta pelo deputado **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**, que a presidiu. Ele destacou que a Federação hoje é reconhecida como órgão consultivo pela Organização das Nações Unidas (ONU). A FPU foi iniciada por Sun Myung Moon - também fundador da Igreja da Unificação, em 1954, em Seul (Coreia do Sul). A Federação congrega diferentes religiões em todo o mundo.

No último fim de semana, a Federação organizou, em Brasília, o Festival Global da Paz, que, conforme Marquezelli, já foi realizado em 18 países. Segundo o deputado, “com muitos e muitos anos de trabalho”, a ONU não alcançou o progresso que a FPU conseguiu. “Em poucos anos, a organização logrou o progresso de aproximar corações, abrir portas, unir todas as religiões no mesmo barco

para construir um mundo novo, o mundo da cordialidade, o mundo da paz”, destacou.

Para o deputado **Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ)**, o diálogo religioso representa uma das melhores maneiras para conseguir a paz. “Esse diálogo pode, às vezes, muito mais do que o próprio poderio bélico e de nações frente a conflitos”, afirmou.

O deputado **Sérgio Petecão (PMN-AC)** destacou que a construção da paz depende de condições sociais dignas para toda a população. Devido às desigualdades, disse ele, as pessoas “estão perdendo a capacidade de amar e de ser amadas”. Segundo o deputado, é nesse contexto que a Federação pode ajudar. “A UPF pode nos ajudar a desenvolver um projeto baseado na rearticulação das famílias, e é por meio dela que podemos formar os nossos jovens para trilhar o caminho do bem”, afirmou.

COMISSÃO



Carlos Melles

## Agricultura discute crise de crédito no setor

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza audiência pública amanhã para discutir soluções de crédito para custeio, comercialização e ordenamento da safra deste ano.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra de grãos de 2008 deve chegar a 145,7 milhões de toneladas, 9,4% maior do que a safra do ano passado. Já em 2009, a produção pode cair para 140,2 milhões de toneladas, 3,8% a menos do que neste ano.

De acordo com o deputado **Carlos Melles (DEM-MG)**, que propôs o debate, essa é a segunda maior safra da história do Brasil e está sendo comercializada abaixo do custo de produção. O parlamentar, que é presidente da Frente Parlamentar do Café, estima que uma crise no setor agrícola pode afetar diretamente mais de 8 milhões de empregos em 1.900 municípios produtores do País.

Entre outros, foram convidados para participar da audiência os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes; e da Fazenda, Guido Mantega.

# Mulheres chefes de família podem receber 20% da verba de habitação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, na semana passada, o Projeto de Lei 2488/00, do deputado **Pompeo de Mattos (PDT-RS)**, que reserva 20% dos gastos federais com habitação às mulheres responsáveis pelo sustento da família. A proposta tramitou em caráter conclusivo e segue para o Senado.

Os critérios para distribuição dos recursos entre as mulheres que se enquadrarem na definição do projeto serão estabelecidos por decreto do Poder Executivo. Uma das possibilidades é reservar 20% das verbas para as mulheres em cada faixa de renda.

A relatora da proposta, deputada **Sandra Rosado (PSB-RN)**, afirmou que o projeto não contraria o princípio constitucional da igualdade. "Pelo contrário, antes o enfatiza, na medida em que o objetivo é reduzir os desníveis de tratamento hoje existentes entre homens e mulheres, já que estas têm pequena par-



GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

ticipação nos programas habitacionais para aquisição da casa própria", disse.

**Arrimo de família** - A CCJ, que analisou a matéria quanto aos aspectos constitucionais e legais, acatou o parecer da relatora, favorável também ao PL 2073/99, que, em vez de recursos orçamentários, reserva às mulheres ar-

rimo de família 20% das unidades habitacionais construídas em programas de habitação.

Essa proposta, porém, foi rejeitada conclusivamente pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Desenvolvimento Urbano, que analisaram a matéria anteriormente.

SESSÃO SOLENE

## Plenário comemora 60 anos da extensão rural

Os deputados comemoraram ontem, em sessão solene, os 60 anos de implantação da extensão rural no Brasil - sistema de apoio ao agricultor e sua família, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento agropecuário, além de proporcionar melhores condições de vida para essa população.

O extensionismo rural no País surgiu em 6 de dezembro de 1948, a partir da assinatura de um convênio entre o governo de Minas Gerais e a Associação Interacional Americana (AIA). Era criada, então, a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), e a iniciativa espalhou-se pelo País. Hoje, as atividades de extensão rural são coordenadas, em âmbito nacional, pela Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O deputado **Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA)**, que sugeriu e presidiu a sessão solene, afirmou que, apesar de ter tido problemas ao longo dos anos, o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural mantém-se forte, com mais de 16 mil extensionistas, atendendo a um total de 2,8 milhões de agricultores. Ele disse ainda que, graças à extensão rural, a agricultura familiar



ELTON BOMFIM

Wandenkolk Gonçalves (C) afirmou que, graças à extensão rural, a agricultura familiar tem se fortalecido, destacando-se no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil

tem se fortalecido, destacando-se no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

"A agricultura familiar brasileira emprega 2/3 dos trabalhadores do campo e responde por 67% da produção nacional de feijão, 84% da mandioca, 49% do milho e 52% do leite. Além disso, 58% da carne suína e 58% das aves e ovos produzidos no País vêm da agricultura familiar. Está provado aí o papel da extensão rural", afirmou Wandenkolk, ele próprio um extensionista rural.

O deputado **Fernando Melo (PT-AC)**, que falou em nome de seu partido, também elogiou o trabalho dos extensionistas, que, para ele, são responsáveis também pelo desempenho mundial do Brasil na produção de alimentos. Melo informou que destinará 60% (ou R\$ 6 milhões) das emendas individuais a que tem direito no Orçamento para 2009 à Embrapa, para que ela proceda à transferência de tecnologia para a agricultura no Acre. O objetivo é atender a 15 mil pequenos agricultores.